

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# REGRAS DIFERENTES PARA MULHERES E HOMENS

## Governo desistiu de igualar normas de acesso à aposentadoria

MIKAELLA CAMPOS  
[mikaella.campos@redgazeta.com.br](mailto:mikaella.campos@redgazeta.com.br)

Diante da resistência à reforma da Previdência, o governo Temer tem decidido ceder para não perder. O Planalto vai desistir de estabelecer uma idade mínima de 65 anos igual para homens e mulheres e já negocia regras mais flexíveis para as seguradas.

Elas poderão se aposentar com 62 ou 63 anos ou terão direito a um bônus de 5% até 15% no benefício se forem mães. Outra solução estudada é aumentar a idade necessária para aposentadoria, de forma gradual, para equiparar apenas no futuro as regras do restante dos trabalhadores, segundo reportagem do Va-

lor Econômico.

Hoje, no regime geral e no serviço público, as mulheres têm normas próprias, com direito de se aposentar cinco anos antes dos homens. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma costurada pelo governo acabaria com essa diferenciação. Mas, além da pressão da oposição, Temer encontrou obstáculo para ganhar anuência na própria base.

O ex-ministro do Trabalho e do Planejamento do período FHC, Paulo Paiva, afirma que o governo enviou ao Congresso o projeto que o país precisa, no entanto, é uma tarefa difícil de aprovar. “Vivemos num país democrático. O governo sabia, que no

mundo real, o rigor da proposta não conseguiria avançar”, diz ao acrescentar que a igualdade entre as mulheres ia enfrentar empecilhos políticos.

Na visão dele, a baixa popularidade do Temer agrava o quadro. “O governo fez o que era ideal no ponto de vista fiscal, mas ele não tem capital de credibilidade com a população para fazer a reforma. Não é que ele está jogando a toalha agora. Porém, com índice de aprovação de 10%, o presidente perde apoio do Congresso, que teme ficar contra a vontade popular”.

### MERCADO

A possível desfiguração do projeto original da re-

forma tem sido acompanhada pelo mercado com certo receio. A maior preocupação dos investidores é a mudança na idade mínima, elemento visto como essencial para controlar o ritmo do endividamento brasileiro com a Previdência.

O rombo do sistema em 2016 foi de R\$ 316 bilhões, incluindo os regimes da União, dos Estados e do INSS, segundo dados do Ministério do Planejamento.

Esse volume assusta os investidores que têm receio de uma insolvência da dívida, conforme opinião do economista da XP Gustavo Cruz.

Ao abrir mão de igualar a idade mínima das mulheres com dos homens,

### ROMBO

**R\$ 316 bilhões**

Foi o déficit dos regimes da União, dos Estados e do INSS em 2016.

**R\$ 150 bilhões**

Foi o rombo somente do INSS em 2016.

Cruz explica que, o governo vai criar desconfiança. “Quando se mexe nos benefícios sociais e na regra de transição o impacto no

mercado não toma a mesma proporção de alterações que possam reduzir a idade mínima”.

Ele explica que provavelmente o governo enviou o projeto ao Congresso com gordura, para ter margem de negociação. No entanto, abrir mão de igualar as regras entre homens e mulheres podem afetar os planos de uma queda na taxa de juros. “O investidor vai precificar isso, pois, apesar de parecer pouca, uma redução da idade de 65 para 62, por exemplo, vai elevar a projeção de gastos para a Previdência nos próximos anos. Isso significa que vai demorar um pouco mais para o sistema entrar em equilíbrio”.

### ENTENDA AS DIFERENÇAS

#### Como é hoje

#### APOSENTADORIAS PELO REGIME GERAL (INSS)

HOMENS	MULHERES
<p><b>1 Por tempo de contribuição</b> São exigidos <b>35 anos</b> de pagamento ao INSS</p>	<p><b>1 Por tempo de contribuição</b> São exigidos <b>30 anos</b> de pagamento ao INSS</p>
<p><b>2 Por idade</b> São exigidos no mínimo <b>15 anos</b> de contribuição ao INSS e no mínimo <b>65 anos</b> de idade</p>	<p><b>2 Por idade</b> São exigidos no mínimo <b>15 anos</b> de contribuição ao INSS e no mínimo <b>60 anos</b> de idade</p>
<p><b>3 Fator 85/95</b> Para se aposentar por esse sistema, é necessário que a soma da idade mais do tempo de contribuição seja <b>acima de 95 pontos</b></p>	<p><b>3 Fator 85/95</b> Para se aposentar por esse sistema, é necessário que a soma da idade mais do tempo de contribuição seja <b>acima de 85 pontos</b></p>

#### APOSENTADORIAS NO SERVIÇO PÚBLICO

HOMENS	MULHERES
<p><b>Idade mais contribuição</b> É necessário completar <b>60 anos</b> de idade e ter no mínimo <b>35 anos</b> de contribuição para se aposentar</p>	<p><b>Idade mais contribuição</b> É necessário completar <b>55 anos</b> de idade e ter no mínimo <b>30 anos</b> de contribuição para se aposentar</p>

#### Projeto do governo

#### APOSENTADORIA NO REGIME GERAL E NO SERVIÇO PÚBLICO

HOMENS	MULHERES
<p><b>Idade mínima com contribuição</b> Ideia é estabelecer idade mínima de <b>65 anos</b> e tempo de contribuição mínimo de <b>25 anos</b> para quem está no regime geral ou no serviço público</p>	<p><b>Idade mínima com contribuição</b> Ideia é estabelecer idade mínima de <b>65 anos</b> e tempo de contribuição mínimo de <b>25 anos</b> para quem está no regime geral ou no serviço público</p>
<p><b>Transição</b> Atingirá apenas quem tem mais de <b>50 anos</b>. Essas pessoas poderão se aposentar pelas regras atuais desde que paguem um pedágio de <b>50%</b> sobre o tempo que falta para requerer o benefício</p>	<p><b>Transição</b> Atingirá apenas quem tem mais de <b>45 anos</b>. Essas pessoas poderão se aposentar pelas regras atuais desde que paguem um pedágio de <b>50%</b> sobre o tempo que falta para requerer o benefício</p>

#### O que o Congresso pode mudar

#### APOSENTADORIA NO REGIME GERAL E NO SERVIÇO PÚBLICO

HOMENS	MULHERES
<p><b>Idade mínima</b> Deve permanecer em <b>65 anos</b></p>	<p><b>Idade mínima</b> Pode cair para <b>63 anos</b> ou <b>62 anos</b> ou criar um mecanismo de transição para que, só no futuro, a idade mínima alcance <b>65 anos</b></p>
<p><b>Transição</b> O corte de <b>50 anos</b> poderá ser flexibilizado</p>	<p><b>Transição</b> O corte de <b>45 anos</b> poderá ser flexibilizado</p>
<p><b>Bônus</b> Há a possibilidade de se estabelecer um bônus no valor do benefício para as mães, algo como <b>5%</b> para quem tem um filho, <b>10%</b> para quem tem dois e <b>15%</b> para quem tem três ou mais</p>	



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

QUEDA DE BRAÇO NA CÂMARA

# Cinco pontos da reforma vão ser alterados

**Lelo Coimbra avalia que, com ajustes, bancada capixaba votará a favor de projeto**

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

Líder da Maioria governista na Câmara, Lelo Coimbra (PMDB) é o único dos 10 deputados federais capixabas que apoia a dura proposta do Planalto de Reforma da Previdência. Ele participa diretamente das articulações do governo Michel Temer (PMDB) para aprovar a emenda constitucional, bombardeada por parlamentares e trabalhadores. Nesta entrevista, embora sem dar detalhes porque há vários cenários estudados nos pontos polêmicos, Lelo adianta as mudanças aceitas pelo governo no projeto.

Eis as reivindicações que devem ser incluídas, de alguma forma, no texto original: idade de aposentadoria diferente entre homem e mulher; regras de transição mais flexíveis; preservação do modelo de aposentadoria rural; acúmulo de benefícios (pensão e aposentadorias); e aposentadorias especiais. Lelo acredita que terá apoio dos colegas do Estado, menos dos dois petistas.

**O governo cedeu e flexibilizará pontos. Quais e como vai conduzir esse acordo com parlamentares?**

Quais os pontos de manifestações mais sensíveis? O primeiro ponto envolve a questão homem e mulher; o segundo ponto envolve a regra de transição; o terceiro ponto envolve a questão rural; o quarto ponto envolve o acúmulo de benefícios (pensão e aposentadorias); e um quinto ponto que são as especiais. Entendemos que essa discussão está permeando o processo de confecção final do relatório.

**Qual será a estratégia do governo agora?**

“**Estamos estudando o impacto de cada mudança, e de que forma compensar em outra parte do relatório para que não seja alterado o conceito original**”

O relator Arthur Maia (PPS-BA) está ouvindo todas as bancadas, fazendo um sentimento de opinião acerca desses itens que fazem parte das preocupações. Vamos ouvir as bancadas e ver como é possível fazer algum ajuste compensando em outras posições, mas fazendo alguns ajustes desses pontos que são sensíveis nas manifestações das diversas bancadas. Ao final, possivelmente quinta-feira da próxima semana, teremos o relatório sendo apresentado e lido na comissão; aí virão o debate na comissão, o relatório será votado e trazido ao debate e voto no plenário no final de maio.

**Tudo está em discussão ainda, mas é certo que vai ter diferenciação entre homem e mulher quanto à idade de aposentadoria, embora essas idades ainda não estejam definidas?**

Estão sendo consideradas todas as possibilidades. Em cada um desses itens que citei, há um, dois, três cenários sendo colocados em conta. Estamos estudando o impacto de cada mudança sobre o projeto original, o impacto de várias mudanças juntas, como compensar em outra parte do relatório para que não sejam alterados profundamente o propósito e os conceitos do texto original. Mas que, do ponto de



ZECA RIBEIRO/AG. CÂMARA/ARQUIVO

**Segundo Lelo, texto final da reforma será votado em plenário no final de maio**

vista de cada segmento, nós possamos dar respostas que deem conforto a quem está exercendo o voto e ao mesmo tempo trazendo para o debate e voto aqueles que têm dúvidas, querem esclarecimentos ou acham importante fazer um ajuste de pequeno ou médio porte.

**Traz desconforto o fato de só o senhor, entre os 10 deputados capixabas, defender integralmente o projeto do governo?**

De maneira alguma. Estamos tratando do interesse do Brasil futuro, da sustentabilidade do país e da defesa do conjunto da sociedade. Quem se movimenta nesse aspecto pensando somente nas eleições do ano que vem pode não ter as eleições do ano que vem. É importante diferenciar duas coisas: você tem dois deputados do PT (Givaldo Vieira e Helder Salomão) que são contra o texto em qualquer circunstân-

cia. Os outros oito deputados, eu incluído, desejamos votar, querem que esses ajustem deem a possibilidade

“**Aposentadoria rural tem um ajuste a ser feito. Não tenho dúvidas de que teremos os 308 votos a favor necessários, sendo oito dos dez votos dos deputados do Espírito Santo**”

de de votar com uma boa discussão com a base política, com a base rural, com a base de segmento de modo geral. Não tenho dúvidas que teremos os oito votos da bancada de 10 deputados do Espírito Santo. Estou confiante que teremos mais do que os 308 votos necessários para que a reforma constitucional da Previdência seja aprovada em primeiro e em segundo turnos.

**O senhor apoia algum dos pontos que a bancada do Estado cobra? Aposentadoria rural diferenciada, por exemplo, impacto muito os capixabas.**

Não tenho dúvida de que aposentadoria rural tem um ajuste a ser feito. Estou ajudando a construir esse ajuste. Não adianta eu chegar e falar ‘sou contra o texto’. Eu não sou contra o texto, que veio para o debate e para ter aprimoramento legislativo. E aqui há aprimoramento.

ALEX FERREIRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Câmara: governo calcula ter maioria dos deputados**

## Planalto já calcula impacto das alterações

▲ O Planalto e a equipe econômica estão calculando na ponta do lápis o custo financeiro e orçamentário de cada mudança em estudo no projeto da Previdência. Além disso, o governo iniciou uma rodada política desarmando espíritos e colhendo sugestões das bancadas aliadas na Câmara, onde o Planalto calcula haver na base aliada mais de 400 dos 513 deputados.

Na verdade, o Planalto tem sobre a mesa três ou até quatro cenários em cada

ponto questionado, desde a aposentadoria rural até a idade diferenciada para mulheres se aposentarem, passando por regras de transição menos ortodoxas para quem está no meio ou no final do caminho da contribuição previdenciária.

Em outra ponta, o Executivo está mapeando quem vota contra o projeto em qualquer hipótese e quem for a favor mediante mudanças – são seis contextos medidos no termômetro, como uma pesquisa de cli-

ma. Esse balanço será necessário para medir a força da pressão em cada ponto a ser alterado, será também o balizador na queda de braço para ceder em algo.

Para dar impressão de que não foi derrotado, o governo deixa claro que o peso das concessões vai recair sobre outros pontos, como compensação. Na próxima quarta-feira fica pronto, no governo, o estudo de impacto orçamentário de cada pleito dos temas mais polêmicos.

Ontem, o presidente Michel Temer declarou que o Congresso é “senhor” para definir o desenho final da reforma da Previdência Social e admitiu que o governo está disposto a aceitar “adequações” propostas pelos parlamentares. “Nós mandamos uma reforma que deve durar 30 anos, 25 anos. Evidentemente o senhor dessa reforma é o Congresso Nacional, que está em diálogo conosco”, disse Temer. (Rondinelli Tomazelli)

## NOVAS REGRAS

# Governo quer que aposentados sejam contratados por hora

**Eles não precisariam pagar Previdência e FGTS e não teriam vínculo empregatício**

▄ **LUÍSA TORRE**  
ltorre@redegazeta.com.br

O governo pretende facilitar a contratação de pessoas com mais de 60 anos que já estão aposentadas. Um projeto de lei que está sendo finalizado pelos técnicos vai criar o Regime Especial para o Trabalhador Aposentado (Reta). No regime, o governo deve permitir que aposentados sejam contratados por hora, sem o custo de pagar a Previdência Social, o FGTS e outros encargos, e sem vínculo empregatício.

A estimativa é que 1,8 milhão de idosos entrem no mercado de trabalho nos próximos dez anos. Pelo desenho inicial do projeto, empresas com no mínimo um funcionário poderão contratar pessoas com mais de 60 anos. A carga horária semanal seria de até 25 horas, o trabalho diário não poderia ultrapassar o limite de 8 horas e o contrato pode determinar que o idoso trabalhe apenas um dia da semana pelo número de horas que foram acertadas, ou em dias alternados.

Valerá o que constar no papel assinado pelo contratante e o contratado. Esses acordos podem ter prazos variáveis e a renovação é possível.

A ideia inicial é permitir que até 5% das vagas da empresa sejam reservadas para esse tipo de trabalhador, já que o governo quer evitar a troca de trabalhadores contratados com



FERNANDO MADEIRA

## Na ativa

Josias Pereira do Rosário, de 61 anos, se aposentou, mas não aguentou ficar parado. Buscou emprego por um ano até encontrar, há um mês, a vaga de gerente de Atendimento do Ok Hipermercado.

“Quando a gente fica parado, a velhice chega mais rápido. Não sou contra a contratação por hora, mas eu prefiro trabalhar em horário normal, 7h20 por dia”

**JOSIAS PEREIRA DO ROSÁRIO, 61 ANOS**

## SAIBA MAIS

### 6 MIL

▼ **pessoas do Estado têm mais de 60 anos e estavam desempregadas**

No total, 127 mil pessoas acima de 60 anos no Estado estão dentro da força de trabalho, ocupadas ou não. O dado é do IBGE, no 4º trimestre de 2016.

### A PROPOSTA

▼ **Aposentados** poderão ser contratados por hora, sem vínculo empregatício e sem custos como Previdência, FGTS e outros.

▼ **Em relação** ao pagamento, o idoso deverá ganhar o salário mínimo ou o piso da categoria.

▼ **O projeto** não altera a CLT, mas caminha paralelamente como a Lei do Menor Aprendiz.

▼ **A proposta** não interfere na desaposentação.

carteira assinada por empregados mais velhos, que representariam um custo menor. Mas até mesmo esse percentual poderá ser flexível, rediscutido e alterado em convenção coletiva. Em relação ao pagamento, o projeto deve fixar que o idoso tem de ganhar o salário mínimo ou o piso da categoria.

Todo o desenho foi mostrado ao presidente Michel Temer pelo presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, que apadrinou a ideia. A redação do projeto de lei coube aos professores Nelson Mannrich, da Faculdade de Direito da USP, e Helio Zyl-

## COMPROMISSO

“Aposentados idosos gostariam de trabalhar, mas eles não estão dispostos a ter compromisso muito forte em termos de jornada. A necessidade de trabalhar é, em primeiro lugar, para se sentirem úteis. Em segundo lugar, para complementar renda”

**HELIO ZYLBERSTAJN**  
COAUTOR DA PROPOSTA

berstajn, da Faculdade de Economia da USP.

“A proposta traz benefícios. Aposentados idosos gostariam de trabalhar, mas eles não estão dispostos a ter um compromisso muito forte em termos de jornada, de carteira assinada. A necessidade de trabalhar é, em primeiro lugar, para se sentirem úteis. Em segundo lugar, para complementar a renda. A ideia do projeto é facilitar a contratação”, explica Zylberstajn.

A ideia é formar um regime especial como hoje é o estágio. “Está na mão do presidente e nós não sabemos qual vai ser o encami-

nhamento, se ele pretende fazer uma MP, ou se vai mandar um projeto de lei. Mas ele definitivamente encampou a ideia e ela deve se transformar numa realidade em breve”.

Para o advogado trabalhista Fabrício Siqueira, a proposta vai nivelar o mercado de trabalho por cima. “O jovem vai ter que se dedicar mais, se esforçar mais. Só vai perder espaço no mercado quem é preguiçoso”, diz.

A coordenadora de RH do Ok, Luísa Menandro, acredita que a medida pode trazer benefícios às empresas. “Para a nossa empresa, por um lado é bom,

porque dependendo da função ficar 7h20 em pé é difícil”, destaca.

Em um momento de crise, é preciso ficar atento a retrocessos sociais e à precarização do emprego, alerta o advogado trabalhista, José Carlos Rizk Filho.

“É importante inserir o idoso no mercado se for para tirá-lo da ociosidade. Mas vai ser triste se isso servir para substituir o jovem pelo idoso, que terá um custo mais baixo. Pode ainda ser uma prática de substituição do vínculo empregatício existente, que tira o direito do idoso aposentado de ser empregado”, analisa.

## Reforma trabalhista será votada este mês

▄ O projeto que flexibiliza as relações de trabalho deve entrar em votação ainda neste mês, afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (PMDB-RJ). Ele e o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, se reuniram na manhã de ontem no gabinete da presidência da Câmara para tratar sobre o assunto.

O ministro entregou exemplares da cartilha com perguntas e respostas

sobre o projeto de lei ao deputado Rodrigo Maia. Antes do encontro, Nogueira esteve no gabinete da liderança do PTB, onde conversou com correligionários e também distribuiu cartilhas com os principais pontos do projeto de lei.

Entre os pontos detalhados na publicação do Ministério do Trabalho está o artigo que dá força de lei às convenções e acordos coletivos em 13 pontos especí-

ficos, fracionamento de férias, que poderão ser tiradas em até três períodos, desde que um deles tenha no mínimo duas semanas, jornada padrão de 8 horas diárias e 44 semanais e acréscimo de pelo menos 50% sobre o valor das horas do banco de horas.

“O Brasil não pode mais esperar. A definição de uma data para votar o projeto aponta para a modernização das relações de traba-

lho. Tenho certeza que os deputados saberão dar a resposta para as necessidades do país analisando esse projeto, que foi fruto de consenso e de um amplo debate com centrais sindicais, federações e entidades patronais”, disse o ministro.

O projeto que altera a legislação trabalhista foi concebido com a premissa de que não poderia haver redução de nenhum direito trabalhista, disse o ministro.



FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

Carteira de trabalho: força de lei aos acordos coletivos